

0943/79

«RECORTE»

ALUNOS DO ISCA DE LISBOA RECLAMAM A LICENCIATURA

Os alunos do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, reunidos em RGA, no passado dia 27, decidiram «repudiar a política do Ministério da Educação, designadamente do director-geral do Ensino Superior, Marçal Grilo, ao rejeitar-nos sistematicamente a licenciatura a que temos direito: o Ensino Superior Politécnico, aplicado aos institutos superiores de Contabilidade e Administração, que outra coisa não é que o tão famigerado Ensino Superior Curto, cujas provas estão dadas com a quase extinção dos ISCA's (vide n.º de alunos inscritos nos últimos três anos).

Aqueles alunos decidiram também «exigir a aplicação integral do decreto-lei n.º 327/76, que institucionaliza o bacharelato e a licenciatura em Contabilidade nos institutos superiores de Contabilidade e Administração; a homologação imediata dos cursos de especialização pós-bacharelato, que terão início em Janeiro de 1980».

Aquela moção foi aprovada apenas com uma abstenção, na referida RGA, com a presença de 200 alunos.

A moção era precedida dos considerandos seguintes: «O decreto-lei n.º 327/76, que institucionaliza a licenciatura em Contabilidade e Administração nos institutos superiores de Contabilidade e Administração, únicas escolas com tradições no ensino destas disciplinas, se encontra em vigor; o Ensino Superior Politécnico não é mais do que o Ensino Superior Curto de cujo decreto-lei n.º 427-B/77 fomos retirados por iniciativa da

Assembleia da República, conforme lei n.º 61/78; o decreto-lei n.º 304/78 que estabelece os vários graus de Ensino Superior está suspenso pela resolução n.º 42/79 da Assembleia da República».

Exigência alarga-se

Entretanto, reunidos antea-tem, nas instalações do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), estruturas representativas do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL), dos institutos superiores de Contabilidade e Administração de Aveiro, Lisboa e Porto, das associações profissionais e sindicais dos Engenheiros Técnicos do Norte e Sul e da Associação Portuguesa de Contabilistas, decidiram: «recusar a integração das suas escolas, no chamado Ensino Superior Politécnico; exigir que, nas mesmas Escolas, continue a ser ministrado o bacharelato e se-ja posta a funcionar a licenciatura, a partir de 1980; que os 1.º e 2.º graus, quer em Contabilidade quer em Engenharia, sejam considerados de índole universitária, conforme o consignado nos respectivos diplomas legais; que dos docentes dos referidos institutos sejam integrados no Estatuto da Carreira Docente Universitária.»

Naquela reunião estiveram presentes, como observadores, representantes dos docentes do ISEP.

Conflicts - estudantes

UNIVERSIDADE
VORA